

GLOBALIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA OCEANIA: ÓLEO DE PALMA, A ÚLTIMA FRONTEIRA

Gleydson Pinheiro Albano
Professor DGE/CERES-Caicó/UFRN
gleydson_albano@hotmail.com

Resumo:

No decorrer das últimas décadas do século XX e início do século XXI, com o avanço das fronteiras agrícolas, novos espaços são incorporados ou reincorporados a produção de monoculturas para a exportação, trazendo profundos impactos para as populações tradicionais que habitam as fronteiras agrícolas. O objetivo deste trabalho é analisar a expansão da monocultura de óleo de palma na última fronteira agrícola do Pacífico, os países ilhas da Oceania, Papua Nova Guiné e Ilhas Salomão. Para isso em um primeiro momento se percorre os conceitos de Globalização e Globalização da Agricultura e sua trajetória histórica até os dias atuais. Em um segundo momento se explicará a dinâmica dessa Globalização na Oceania, focando nos países subdesenvolvidos da Oceania, na Melanésia, Micronésia e Polinésia. Após isso, foca-se no desenvolvimento da agricultura para exportação do óleo de palma desde os primeiros cultivos experimentais na África até o *boom* na área do Sudeste Asiático, mais precisamente na Indonésia e Malásia. Por fim, analisa-se a chegada da fronteira agrícola de óleo de palma na Oceania, focando-se principalmente nos impactos na posse de terras local, pois a referida posse na Oceania é historicamente comunal. Com a chegada da monocultura de óleo de palma, esse sistema comunal passa a sofrer pressões da referida agricultura para exportação.

Palavras chave: Globalização da Agricultura. Oceania. Óleo de Palma. posse da terra.

GLOBALIZATION OF AGRICULTURE IN OCEANIA: PALM OIL, THE LAST FRONTIER

Abstract:

During the last decades of the twentieth and early twenty-first centuries, with the advance of agricultural frontiers, new spaces are incorporated or reincorporated into the production of monocultures for export, bringing profound impacts for the people who inhabit the traditional agricultural frontiers. This paper aims at analyzing the expansion of monoculture oil palm in the last agricultural frontier of the Pacific, island countries of Oceania, Papua New Guinea and Solomon Islands. To do so at first we go through the concepts of Globalization and the Globalization of Agriculture and its historical background to the present day. In a second stage we explain the dynamics of globalization in Oceania, focusing on developing countries of Oceania, Melanesia, Micronesia and Polynesia. After that we focus on the development of agriculture for export of palm oil from the first experimental crops in Africa until the *boom* in the area of Southeast Asia, specifically Indonesia and Malaysia. Finally, we analyze the arrival of the agricultural frontier for palm oil in Oceania, focusing primarily on the impacts on local land holding, since that holding is historically communal in Oceania. With the advent of monoculture palm oil, this communal system is under pressure of that export agriculture.

Keywords: Globalization of Agriculture. Oceania. Palm Oil, land holding.

1 Introdução

No referido artigo em questão, se mostrará o desenvolvimento do processo de Globalização da Agricultura na Oceania, a partir da exploração do óleo de palma. O óleo de palma, tradicionalmente retirado da Costa da Guiné, na África, se consolida após a Segunda Guerra Mundial no Sudeste Asiático. Nas últimas décadas, no entanto, tem-se uma expansão dessa *commodity* em direção aos países da Oceania, Papua Nova Guiné e Ilhas Salomão. A chegada dessa monocultura exportadora nos referidos países, traz inúmeros impactos para as populações nativas, a fauna e a flora. Nesse artigo serão analisados principalmente os impactos decorrentes da chegada da monocultura na posse da terra, que nesses países, tem historicamente um viés comunal.

2 Globalização da Agricultura

2.1 Globalização

A globalização, segundo o Dicionário Aurélio, é o “processo típico da segunda metade do séc. XX que conduz a crescente integração das economias e das sociedades dos vários países, esp. no que toca à produção de mercadorias e serviços, aos mercados financeiros e à difusão de informações” (sic) (GLOBALIZAÇÃO, 2003).

Veiga (2005) indica algumas das principais características da Globalização no momento atual, a saber: maior interligação econômica nas e entre as nações do Mundo; mais desigualdades; maior ampliação dos problemas transnacionais e transfronteiriços (como a lavagem de dinheiro, dentre outros); maior expansão das formas de gestão internacional (como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC)) e o inédito reconhecimento do caráter planetário da apreensão sobre a decadência ambiental.

Para Bauman (1999, p.67), “[...] o significado mais profundo transmitido pela idéia da globalização é o do caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais; a ausência de um centro, de um painel de controle, de uma comissão diretora, de um gabinete administrativo”.

O mesmo autor reflete, por fim, que a Globalização é a extensão totalitária da lógica dos mercados financeiros para todos os aspectos da vida

Bauman (1999, p.82), em sua caracterização da Globalização, dá ênfase à anulação tecnológica das distâncias temporais/espaciais, as quais, em vez de homogeneizar a condição humana, tendem a polarizá-la.

Tecnologias que efetivamente se livram do tempo e do espaço precisam de pouco tempo para despir e empobrecer o espaço. Elas tornam o capital verdadeiramente global; fazem com todos aqueles que não podem acompanhar nem deter os novos hábitos nômades do capital observem impotentes a degradação do seu meio de subsistência e se indaguem de onde surgiu essa praga.

Murray (2006) observa que a Globalização é uma realidade e que, através dela, se tem uma reestruturação profunda da Sociedade, não se restringindo somente ao viés econômico, mas, sim, ao tripé *economia, política e cultura*. A globalização já vem ocorrendo há tempos, como um processo histórico, ressaltando que este é variável de sociedade para sociedade.

Logo abaixo (**quadro 1**) dá-se ênfase à periodização, de Murray (2006), do processo de globalização. Segundo o referido autor, esse processo se dá através de dois períodos, chamados de *Ondas*:

<i>Onda</i>	<i>Período(datas aproximadas)</i>	<i>Crises de Reestruturação</i>
Onda 1	Globalização Colonial (1500-1945) - Fase Mercantilista (1500-1800) - Fase Industrial (1800-1945)	Revolução Industrial Grande Depressão e Segunda Guerra Mundial
Onda 2	Globalização Pós-Colonial (1945 -) - Fase da Modernização (1945-1980) - Fase Neoliberal (1980 -)	Crise do Petróleo

Quadro 1: Ondas da Globalização - Uma moldura
Fonte: Adaptado de Murray (2006).

O primeiro período – primeira *Onda* - começa através das Grandes Navegações, no século XVI, no início dos Impérios Português e Espanhol. Nessa época, tem-se mais poder articulado entre os Estados-Nações. Esse período é dividido em duas fases: a fase mercantilista (1500-1800), quando se deu o predomínio do comércio em um sistema chamado “Pacto Colonial”, segundo o qual as colônias estabeleciam relações comerciais exclusivas com as metrópoles; e a fase industrial (1800-1945), quando ocorre a consolidação do Capitalismo e a multiplicação da mais-valia, através da utilização das máquinas.

O segundo período – segunda *Onda* – começa depois da Grande Depressão e com o fim da Segunda Guerra Mundial, com a crise dos sistemas coloniais (principalmente dos Continentes Asiático e Africano) e a descolonização. Nesse período dá-se a emergência de novas idéias no âmbito cultural, econômico e político, além da criação de instituições supranacionais em nível global, como a ONU, o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), o Banco Mundial e o FMI.

Murray (2006) divide tal período em duas fases: a primeira, que chama de *modernização* (também pode ser chamada de *Fase Fordista*), diz respeito ao período em que o estado desenvolvimentista promovia as Multinacionais como motor principal da difusão do Capitalismo Global; a segunda, logo após a crise do petróleo, que endividou boa parte dos Estados-Nações, é a chamada *Fase Neoliberal*, em que o poder do Estado é desafiado pelas instituições globais supranacionais, que visam a uma maior penetração do Capitalismo.

2.2 Globalização da Agricultura

Tem início com a emergência das Grandes Navegações no início do século XVI, onde são integradas ao circuito da economia mundial vastas extensões territoriais, como a América, parte da África, parte substancial da Ásia e a Oceania, que em muitos casos, passam a ser denominadas de colônias das nações européias ou passam a exercer uma função subordinada nas trocas globais (Primeira Onda da Globalização).

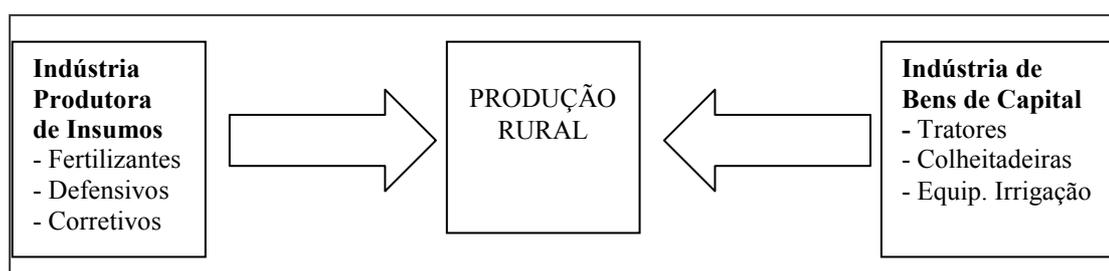
Após as Grandes Navegações e com a composição dos Impérios coloniais pelo mundo, o açúcar, assim como outros produtos agrícolas, passam gradativamente a ser consumidos pelas massas européias. “Na Grã-Bretanha, um produto tal como o açúcar, que havia sido uma raridade custosa no século XIII e um luxo caro no século XVII, tornou-se uma coisa banal, de consumo diário no século XVIII” (MINTZ, 2003, p.40).

Após a Segunda Guerra Mundial, como fruto da Segunda Onda da Globalização, emerge a *Revolução Verde* que foi instituída no Mundo na década de 1950, com uma participação intensiva do Estado através de políticas públicas, seja como agente patrocinador,

seja como produtor de tecnologias. Com isto, essa Revolução passa, a partir de então, a impor transformações no campo, provocando, com sua modernização, um processo de mudanças na divisão técnica e social do trabalho. A referida Revolução atrela-se ao momento de dominância das formas de organização do trabalho típicas do *Fordismo*¹.

Com a *Revolução Verde* tem-se um grande crescimento de produtividade e de quantidade na Agricultura, por meio do uso de tecnologias, como os tratores agrícolas, técnicas de irrigação, defensivos químicos, variedades de sementes, aviação agrícola, computadores, novos métodos de gestão etc.

De um lado da produção, tinha-se a *Indústria Produtora de Insumos*, com fertilizantes, defensivos e corretivos; e, de outro, tinha-se a *Indústria de Bens de Capital*, com tratores, colheitadeiras e equipamentos de irrigação (**quadro 2**). Essa chamada “industrialização da Agricultura” vai ser dirigida por grandes Empresas Multinacionais.



Quadro 2: Cadeia da produção rural.

Fonte: Guimarães (1979).

No começo dos anos de 1970, vai se iniciar um processo de superação do *Fordismo*, por causa da crise econômica gerada, entre outros fatores, pelo aumento dos custos do bem-estar social e pelo aumento da competitividade nos mercados internacionais, com a recuperação completa da Europa e da Ásia, no que diz respeito aos estragos da Segunda Guerra Mundial. Esse processo vai se consolidar com a *liberalização dos mercados e do comércio na agricultura* por mais de uma centena de países, com a influência direta da Rodada Uruguai do Gatt e da formação da OMC na década de 1990, além do apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

No contexto atual, de liberalização da agricultura, têm-se frequentemente acordos internacionais no âmbito da OMC que tendem claramente a fortalecer os grandes Grupos Multinacionais, porque, após a sua assinatura, os governos automaticamente ficam com menos poder para regular e controlar o funcionamento desses grupos. Assim, as Multinacionais costumam usar a OMC para tentar configurar um mercado global desregulado que elas possam controlar e no qual nenhuma lei rigorosa destinada a proteger o meio ambiente ou os direitos humanos possa existir (MADELEY, 2003).

3 Globalização da Agricultura na Oceania

¹ O nome *fordismo* deriva-se do seu criador, Henry Ford, que introduziu inovações no Processo de Produção, no início do século XX, em suas fábricas de automóveis, com a finalidade de aumentar a produção em menor espaço de tempo. Para tanto, o *Fordismo* cria o princípio da cadeia contínua, com a linha de montagem, em que uma esteira move as peças, enquanto o trabalhador permanece fixo, realizando tarefas especializadas, simples e repetitivas. Há a introdução da ideia de que deve haver standardização das peças e dos produtos para a fabricação de produtos mais baratos, suscetíveis de serem vendidos em massa. Há também a concessão de salários elevados para desenvolver a produção em massa pelo consumo em massa (BENKO, 1999).

3.1 Oceania

De acordo com dados da divisão estatística da ONU (UNITED NATIONS STATISTIC DIVISION, 2012), a Oceania se divide em quatro sub-regiões:

- Austrália e Nova Zelândia - composta dos países desenvolvidos Austrália, Nova Zelândia e da ilha de Norfolk que pertence à Austrália;
- Melanésia – composta dos países subdesenvolvidos Fiji, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Vanuatu e do território francês chamado Nova Caledônia;
- Micronésia – composta dos países subdesenvolvidos Kiribati, Ilhas Marshall, Estados Federados da Micronésia, Nauru, Palau e do território de Guam que pertence aos Estados Unidos, além das Ilhas Marianas do Norte que estão livremente associadas aos Estados Unidos;
- Polinésia – composta dos países subdesenvolvidos Samoa, Tonga, Tuvalu e dos territórios Samoa Americana (EUA), Ilhas Cook e Tokelau (Nova Zelândia), Polinésia Francesa e Wallis e Futuna (França), Pitcairn (Reino Unido), além de Niue, associado livremente a Nova Zelândia.

Nesse artigo, se utilizará do termo Oceania para se referir as sub-regiões onde estão localizados os países subdesenvolvidos (Melanésia, Micronésia e Polinésia), também chamados de Ilhas do Pacífico pela literatura internacional.

As nações subdesenvolvidas da Oceania apresentam um quadro de extrema fragilidade na sua autonomia, muitas vezes dependem inteiramente de outros países (ex-colonizadores), para poder se manter.

Muitas dessas nações têm uma pequena extensão territorial, além de dispor de pouca população. Observando os dados estatísticos disponíveis no *Secretariat of The Pacific Community* (2011), nota-se que a maioria das nações-ilhas dispõe de minúsculos territórios, pouca população (alguns países tem a população inferior a muitas cidades pequenas do Brasil), além de ter um Produto Interno Bruto (PIB) muito pequeno e dispor de um comércio externo frágil, quase sempre com a balança comercial fechando negativamente devido à dependência crônica das importações (**quadro 3**).

Países	Pop.	Ano do ultimo Censo	Superfície (km ²)	PIB Milhares (USD)	PIB per capita (USD)	Export. (USD) Milhares	Import. (USD) Milhares	Saldo Balança Comercial (USD) Milhares
Melanésia								
Ilhas Fiji	837.271	2007	18.273	2.928.039	3.499	925.175	2.265.034	-1.339.859
Nova Caledônia	245.580	2009	18.576	9.397.063	37.993	916.000	2.516	-1.600.834
Papua Nova Guiné	5.190.786	2000	462.840	5.552.190	897	5.706.658	3.137.230	2.569.428
Ilhas Salomão	515.870	2009	30.407	528.000	1.014	121.117	215.987	-94.870
Vanuatu	234.023	2009	12.281	507.454	2.218	41.715	286.401	-244.686
Micronésia								
Estados Federados da Micronésia	102.624	2010	701	235.900	2.183	3.421	137.993	-134.572

Guam	154.805	2000	541	3.700.000	22.661	104.878	224.914	-120.036
Kiribati	92.533	2005	811	144.810	1.490	9.790	70.251	-60.461
Ilhas Marshall	50.840	1999	181	149.219	2.851	-	75.235	-
Nauru	9.233	2006	21	19.115	2.071	3.769	25.599	-21.830
Ilhas Marianas do Norte	69.221	2000	457	15.639	12.638	98.210	-	-
Palau	19.907	2005	444	170.144	8.423	-	-	-
Polinésia								
Samoa Americana	57.291	2000	199	558.800	9.041	336.787	345.948	-10.161
Ilhas Cook	15.324	2006	237	230.541	10.875	4.185	151.203	-147.018
Polinésia Francesa	259.706	2007	3.521	5.403.934	21.071	267.553	2.143.239	-1.875.686
Niue	1.625	2006	259	15.639	9.618	174	7.827	-7.653
Ilhas Pitcairn	66	2007	5	-	-	-	-	-
Samoa	180.741	2006	2.935	497.146	2.672	70.121	282.088	-211.967
Tokelau	1.151	2006	12	-	-	-	-	-
Tonga	101.991	2006	650	270.223	2.629	8.755	659	8.096
Tuvalu	9.561	2002	26	17.514	1.831	9.775	12.629	-2.854
Wallis e Futuna	13.445	2008	142	-	-	54	72	-18

Quadro 3 – Dados Estatísticos sobre as Ilhas da Oceania

Fonte: *Secretariat of The Pacific Community* (2011)²

A fragilidade dessas ilhas não se restringe a esses dados estatísticos, indo muito mais além. Essa fragilidade leva a uma relação de dependência para com outras nações. Vltchek (2010) observa que além dessa fragilidade, colabora para a situação de dependência dessas ilhas do pacífico, o sistema de dominação imposto pelas potências regionais Austrália e Nova Zelândia, junto com os Estados Unidos, que isolam e dividem essas nações insulares. Se falará mais sobre esse sistema de dominação, que tem um viés colonialista, logo abaixo.

3.2 Globalização na Oceania

O processo de globalização na Oceania aconteceu de forma semelhante ao processo neocolonial africano nos séculos XIX e XX. Desde o início desse processo, com a primeira Onda de globalização (ou globalização durante o período colonial), na segunda metade do século XIX, nota-se claramente um sistema de dominação voltado para a fragmentação e fragilização das nações insulares com a divisão e separação de territórios da Oceania feitos pelas potências européias.

² Os dados estatísticos colhidos são de vários anos devido a precariedade do serviço de estatística das nações. O PIB/PB per capita de Tuvalu foi colhido em 2002; Samoa Americana, Guam e Ilhas Marianas do Norte em 2005; Papua Nova Guiné, Niue, Polinésia Francesa e Nauru em 2006; Estados Federados da Micronésia, Ilhas Marshall, Palau e Vanuatu em 2007 e os demais em 2008. Os dados sobre a balança comercial (exportações, importações e saldo) das Ilhas Marshall foi colhido em 2003; Niue em 2004; Nauru em 2005; Estados Federados da Micronésia, Ilhas Salomão e Tuvalu em 2006; Kiribati em 2007, os demais em 2008, com a exceção dos da Nova Caledônia que foram colhidos em 2009.

Essas divisões operadas pelos impérios europeus separaram povos que historicamente tinham identidades étnicas semelhantes e colocaram no mesmo território etnias que não tinham identidades étnicas e religiosas, gerando uma situação de conflito em médio prazo.

Inúmeros casos de conflitos ocorrem atualmente na região por causa desse processo. Entre eles pode-se observar claramente o conflito em andamento para a independência do Oeste Papua (parte Oeste da Ilha de Papua), que tem identidade étnica, cultural e religiosa com Papua Nova Guiné, mas, que na divisão da ilha de Papua pelos europeus, foi parar com o Império Holandês, enquanto Papua Nova Guiné ficou sob o controle do Império Britânico e do Império Germânico. Como herança do Império Holandês na região, a Indonésia, se apropriou dessa parte do território, gerando um conflito sem precedentes na região, pois, a Indonésia (principalmente no seu centro de poder em Jacarta) tem uma religião e identidade étnica completamente diferente do Oeste Papua, sendo considerado o maior país muçulmano do mundo em população, já Oeste Papua tem parte significativa de sua população professando a fé cristã e religiões animistas (VLTCHEK, 2010).

Outro conflito que chamou a atenção na região foi o conflito conhecido como Revolução dos Cocos ou Guerra Civil de Bougainville (1988-1997), que ocorreu pela independência da Ilha de Bougainville, que pertencia etnicamente as Ilhas Salomão, mas, foi incorporado ao Império Germânico e posteriormente a Papua Nova Guiné. Como estopim para esse conflito, além das questões de identidade étnica, foram importantes questões relacionadas à poluição ambiental geradas pela multinacional mineradora Rio Tinto que controlava a mineradora local *Bougainville Copper Limited*, de propriedade britânica e com acionistas australianos, explorava de forma agressiva minérios na referida ilha, causando danos para as terras, rios e lagos (FIELD, 1998).

Após a independência da maioria das nações da Oceania (segunda Onda da Globalização), bem depois da Segunda Guerra Mundial, tem-se um reforço na situação de fragmentação, fragilização e dependência dessas nações frente um mundo globalizado cada vez mais integrado.

Vltchek (2010) observa que essa situação de fragmentação e dependência tem se intensificado com a ação da Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos, que detêm boa parte da ajuda externa na região, além de deter boa parte das companhias aéreas que servem a região manipulando o direito de ir e vir.

Esse controle da ajuda externa faz com que essa ajuda seja trocada por políticas de interesse dessas potências para com a Oceania. Um exemplo dessas políticas é um acordo de livre associação executado atualmente pelos Estados Unidos na Micronésia, chamado de *Compact of Free Association* (COFA). Esse acordo envolve os Estados Unidos e três países da Micronésia, são eles: Estados Federados da Micronésia, República das Ilhas Marshall e a República de Palau. Em troca de dinheiro e do direito de micronesianos viverem e estudarem nos Estados Unidos, todos os três países, depois de pressão armada e persuasão financeira, aceitaram abrigar as bases militares americanas nos seus territórios (VLTCHEK, 2010).

Murray e Overton (2011) analisam que a ajuda recebida pelos países mais pobres da Oceania tem grande importância para a economia desses países, alguns inclusive tem uma ajuda *per capita* às vezes superior a média gasta pelo governo do país. Nauru por exemplo tem uma ajuda *per capita* externa de 3.007,00 dólares anuais, muito superiores aos 2.145,00 dólares de gastos pelo Estado.

Os mesmos autores notam, assim como Vltchek, que essa ajuda, concedida na maioria das vezes pelas potências regionais, Austrália, Nova Zelândia, além dos EUA em consonância com as políticas do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco do Desenvolvimento da Ásia, é condicionada a uma série de políticas de privatização e abertura comercial.

Tisdell (2001) observa que essas políticas de ajustamento estrutural, como as privatizações, indicadas pelos doadores internacionais, contribuíram diretamente para a instabilidade política nas Ilhas Fiji, Papua Nova Guiné e Ilhas Salomão.

O controle das rotas aéreas na região é de fundamental importância para a sobrevivência desses pequenos países. Infelizmente pelo baixo quantitativo populacional, não existe atratividade para manter rotas aéreas semanais. Além disso, a deficiente economia da região não proporciona a formação de companhias aéreas regionais. Com isso, muitos países da Oceania são reféns das companhias aéreas da Nova Zelândia, da Austrália e dos Estados Unidos e de suas rotas complexas que desagregam ainda mais os vínculos regionais, além de ter o controle de quem se move e quem se encontra através da Oceania.

Vltchek (2010) descreve alguns exemplos da dificuldade que os habitantes da Oceania enfrentam quando se trata de companhias aéreas e integração regional. Apenas um vôo por semana conecta os dois vizinhos países de Samoa e Tonga, da empresa neozelandesa *Air New Zealand* entre Los Angeles e Auckland com duas paradas intermediárias. Se samoanos ou cidadãos de Tonga tiverem o desejo de visitar Papua Nova Guiné, eles têm que voar para a Austrália e depois para Port Moresbyde Brisbaneou Cairns. A rota alternativa via Nadi em Fiji não é freqüente, é árdua e sempre muito cara. Devido à escassez de vôos, passageiros freqüentemente tem que viajar através de Auckland e Brisbane. Para isso, eles devem obter o visto de transito australiano se o tempo em transito é maior que oito horas. Mas raramente essas oito horas de trânsitos em visto são respeitadas: de acordo com numerosas testemunhas, linhas aéreas freqüentemente negam embarque nos pontos de transito australianos para o povo das Ilhas do Pacífico e outros países em desenvolvimento que não tem o visto em trânsito australiano.

Para visitar qualquer dos países da Micronésia é requerido o visto em trânsito dos EUA para mudanças de avião no Havaí ou Guam e não existem exceções e nenhum jeito de burlar isso. Até 2008, um cidadão samoano tinha primeiro que obter um visto para a Nova Zelândia, o que não é tão fácil de obter, então pagavam cerca de 500 dólares pela passagem para Nova Zelândia para pedir um visto de transito americano, então esperavam pela entrevista, pagavam um depósito não-retornável e esperavam de novo para um improvável resultado positivo para poder seguir viagem por um dos países da Micronésia (VLTCHEK, 2010).

3.3 Globalização da Agricultura na Oceania

A Globalização da agricultura na Oceania começa com a chegada dos impérios coloniais na região por volta da segunda metade do século XIX (Primeira Onda da Globalização). Grandes monoculturas voltadas para a exportação (como o café, cacau, tabaco, taro, arroz, sisal, bananas, dentre outras), foram implantadas por individuais e por grandes empresas ligadas aos impérios coloniais (**figura 1**). Muitas dessas falharam por dificuldades com doenças e mão de obra (MURRAY, 2001).



Figura 1: Plantação de sisal em Papua Nova Guiné no início do século XX.

Fonte: Murray (1912)

O grande sucesso do sistema agrícola colonial para exportação veio com duas *commodities* no final do século XIX. A primeira foi a **copra** (polpa seca do coco) que se espalhou geograficamente na Oceania chegando a formar o sustentáculo de várias economias nacionais, como em Tonga, Samoa e Ilhas Salomão. A segunda foi o **açúcar** que se localizou principalmente no Havá e em Fiji (MURRAY, 2001).

Com a difusão dessa agricultura para exportação, tem-se desde cedo uma erosão na agricultura de subsistência e uma crescente monetarização nas Ilhas da Oceania, levando também a uma transformação no mercado de terras, com indícios de privatização em algumas ilhas, já que até aquela época as terras da região eram comunais. Também foi notado em algumas ilhas, a chegada de mão-de-obra de outros continentes para executar o trabalho nas monoculturas, principalmente na monocultura de açúcar das Ilhas Fiji (MURRAY, 2001).

Essa monocultura de açúcar das Ilhas Fiji, foi estabelecida pelo Império Colonial Britânico na segunda metade do século XIX e já em 1862, já se tinham notícias de europeus cultivando açúcar em Fiji. Em 1879 chegaram imigrantes indianos que vieram trabalhar principalmente na monocultura de açúcar. Um ano depois, foi estabelecida a Companhia Colonial de Refino de Açúcar, uma companhia de base australiana. Em 1882 foi construída a primeira de várias usinas de açúcar em Fiji (ver área atual de cana-de-açúcar em Fiji, **figura 2**). Com a independência em 1970, a referida companhia passa, três anos depois para as mãos do estado se tornando a Corporação de Açúcar de Fiji, uma estatal do açúcar (SNELL, 2000; THE FIJI SUGAR CORPORATION LTD, 2012;).

A monocultura de açúcar de Fiji, ainda contou nas últimas décadas com a ajuda da União Européia, a partir dos tratados preferenciais de comércio com as ex-colônias, chamadas de Países da África, do Caribe e do Pacífico (ACP). Com esses tratados, o açúcar produzido em Fiji, tinha uma reserva no mercado da UE com preços muitas vezes variando de duas a três vezes a mais sobre a média de preços mundial do açúcar. Isso fez com que o açúcar tivesse historicamente uma boa representatividade na pauta de exportações de Fiji e no seu Produto Interno Bruto (PIB), chegando a representar em 1994, 40% das exportações e 12% do PIB (SNELL, 2000).

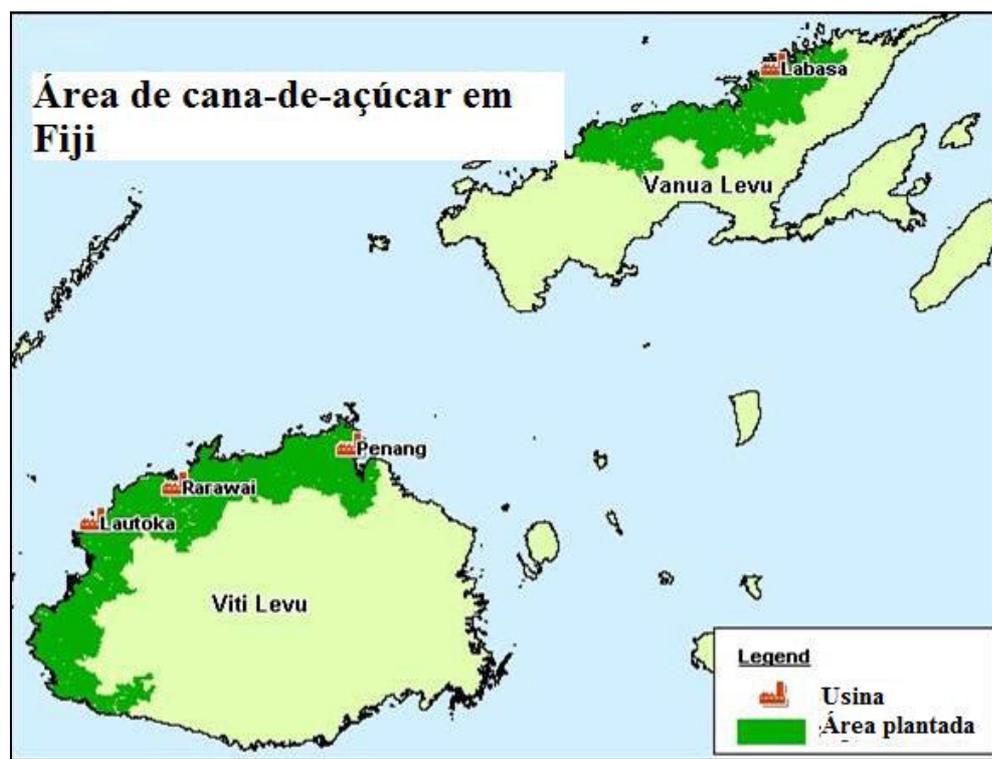


Figura 2: Área de cana-de-açúcar em Fiji (2012)
Fonte: The Fiji Sugar Corporation LTD (2012).

Porém, nos últimos anos, com a emergência da Organização Mundial do Comércio, os subsídios para os países da ACP foram reduzidos e estão sendo encerrados. Fiji, dependente desses subsídios para o açúcar, foi duramente atingida no seu produto de maior valor de exportação. Em 1998, as exportações de açúcar representavam cerca de 400.000 toneladas, já em 2008, com a queda dos subsídios, as exportações de açúcar foram reduzidas para 260.000 toneladas (ainda assim, o referido produto ocupa o primeiro lugar nas exportações agrícolas) (FAOSTAT, 2012). Com isso, está em avanço em Fiji, uma modernização da produção de açúcar para enxugar os custos e fazer frente ao mercado global. Essa modernização conta com a entrada de tecnologias poupadoras de mão de obra, além da revisão dos salários pagos aos trabalhadores, o que tem gerado disputas acirradas com os sindicatos locais (SNELL, 2000).

Além de Fiji, outras nações da Oceania dependeram e dependem de monoculturas agrícolas na sua pauta de exportações. Outro caso de dependência é o do Reino de Tonga. O referido país, desde a época colonial é um exportador de *commodities* agrícolas. Inicialmente **copra**, como a maioria das ilhas da Oceania. Chegando inclusive a representar $\frac{1}{2}$ a $\frac{3}{4}$ das exportações agrícolas do país na década de 1970 (FLEMING, 1996).

Nos anos 1980 com a baixa da copra, surge a monocultura de abobora para o mercado japonês. O país, nos anos 1990, recebe pressão dos maiores doadores, Nova Zelândia e Austrália para fazer reformas neoliberais. Com elas, tem-se mais foco para a exportação de abobora que passa a ser financiada também pelo Banco Mundial (MURRAY, 2001). Com essa nova monocultura, se tem a mobilização de amplas faixas de terra do pequeno país ilha. De acordo com dados da FAOSTAT (2012), hoje as exportações de aboboras representam mais de 50% da pauta de exportações do país gerando uma grande dependência na ilha em relação a um produto, além de problemas relativos ao alto número de arrendamento de terras comunais e impactos ambientais nos solos e nos suprimentos de água subterrâneos resultantes do uso de pesticidas e fertilizantes em grandes quantidades por essa cultura exógena.

4 Globalização e Óleo de Palma na Oceania: A Última Fronteira

4.1 Óleo de Palma

O óleo de palma é uma gordura vegetal obtida a partir da polpa da fruta da palmeira de óleo africana, conhecida no Brasil como dendezeiro, cujo nome científico é *Elaeis Guineensis*. É nativa do Oeste Africano, na região do Golfo da Guiné, sendo encontrada também originalmente na África Central, Leste Africano e em algumas localidades da ilha de Madagascar (BERGER; MARTIN, 2000; BRASILGLOBALNET, 2012).

Escavações arqueológicas indicam que há mais de cinco mil anos já se consumia óleo de palma. É o que consta de escavações realizadas no Egito, em tumbas da cidade antiga de Abydos. Há relatos também do consumo de óleo de palma como suprimento nos navios negreiros que transportavam escravos do Golfo da Guiné para a América. Com isso, teve-se a disseminação da culinária baseada em óleo de palma (azeite de dendê) entre os descendentes de escravos no novo continente, principalmente na Bahia (BERGER; MARTIN, 2000).

Com a emergência da Revolução Industrial Inglesa, se tem uma demanda de óleo de palma para velas e para servir de lubrificante para o maquinário. Com isso se inicia a produção de óleo de palma para a exportação, ainda incipiente, que tem registros na primeira metade do século XIX na África subsaariana, no Reino de Daomé (hoje Benin) e no Delta do Níger (Nigéria) (BERGER; MARTIN, 2000).

Depois de 1900, há um grande crescimento nas plantações e exportações de óleo de palma na África Central, - Congo - com a chegada dos irmãos Lever (transformada depois na multinacional Unilever). Com a invenção do processo de hidrogenação³ em 1902, é aberto um mercado gigantesco para os óleos vegetais, incluindo aí o óleo de palma.

Após a Segunda Guerra Mundial, ocorrem melhorias no refino e no transporte de óleo de palma, que fazem com que seu uso se difunda no ocidente sem precisar aplicar a tecnologia de hidrogenação.

A partir desse período tem-se a intensificação da plantação da palmácea ao Sudeste Asiático, que se adapta perfeitamente aos solos e o clima da região, ganhando em produtividade em relação às plantações africanas. O óleo de palma foi utilizado principalmente pela Malásia e Indonésia, como símbolo de um processo de diversificação econômica, tentando fugir da dependência econômica da produção e exportação da borracha.

Na Malásia, cerca de 50% do seu produto interno bruto era dependente da economia da borracha e da extração da madeira. Como política de diversificação, é implantado através de uma série de políticas públicas, a inserção do óleo de palma no país. O governo malaio vai inclusive investir em empresas públicas que vão gerenciar e distribuir terras orientadas para a produção de óleo de palma que chegaram a quase um milhão de hectares na virada do século (SIMEH; AHMAD, 2001).

A principal delas se chama FELDA (*Federal Land development Authorith*), e administra atualmente mais de 800.000 hectares de terras, sendo cerca de 70% plantadas exclusivamente com óleo de palma. Essa empresa gerada pelo governo tem seus projetos

³ “Os óleos vegetais podem ser endurecidos com a adição de átomos de hidrogênio e a conversão de ligações duplas em ligações simples. Quanto mais hidrogenado for o óleo, mais sólido ele será na temperatura ambiente, portanto, mais saturado. De um modo geral, as gorduras saturadas são encontradas principalmente em alimentos de origem animal, enquanto as gorduras cremosas ou líquidas (mono e poliinsaturadas) são mais abundantes em determinados vegetais. No processo de fabricação das margarinas utiliza-se hidrogênio (hidrogenação dos óleos). Esta técnica, reconhecida e comprovada ao longo dos anos, permite modificar o estado líquido do óleo para o seu estado cremoso e consistente” (BARCZA, 2012).

espalhados por toda a península malaia e influí diretamente no mercado de terras do país (figura 3).

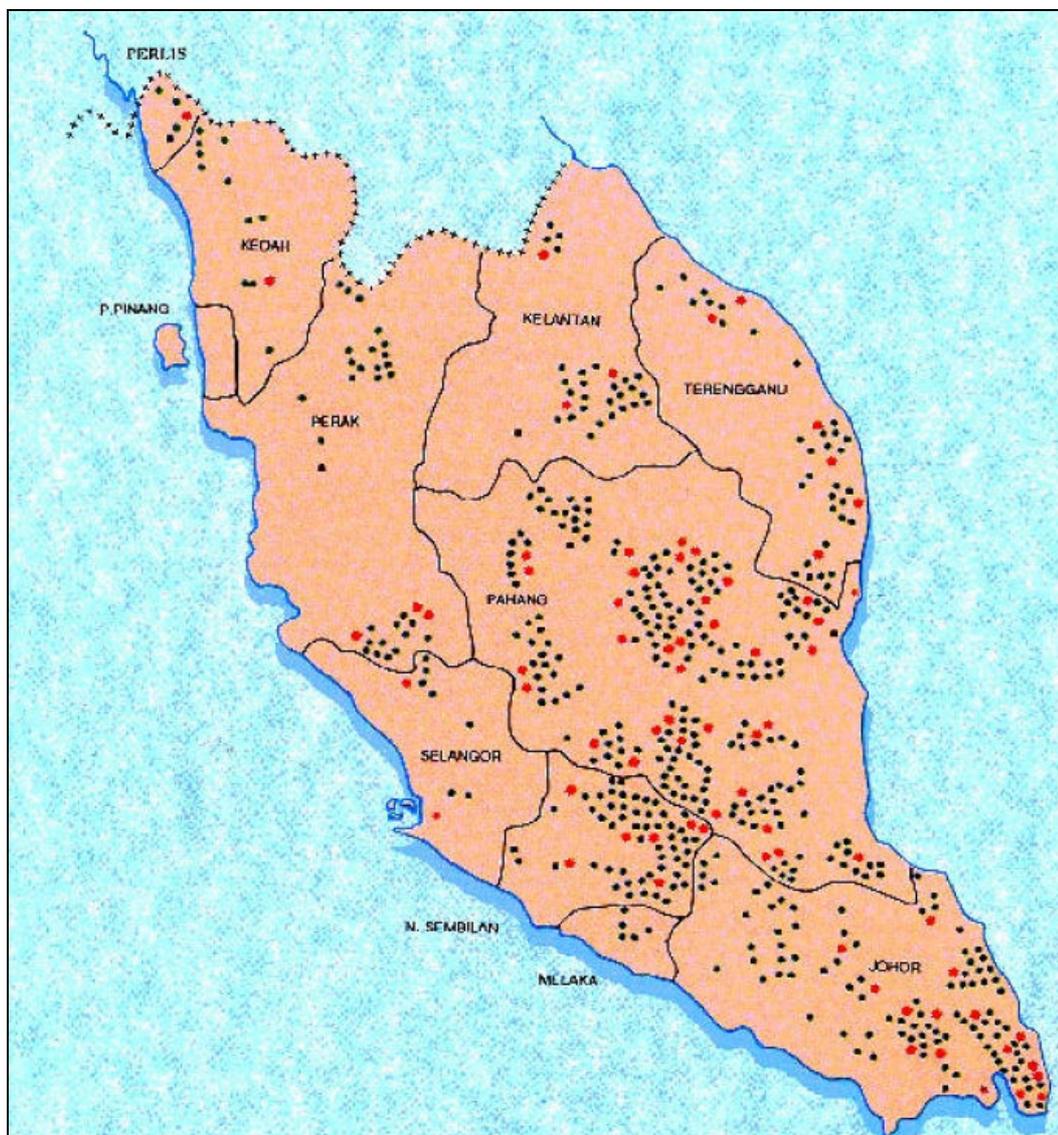


Figura 3: Projetos da FELDA na Península Malaia (2000)

Fonte: SIMEH, AHMAD, 2001

A partir da década de 1950, ocorre o aperfeiçoamento técnico do óleo de palma no Sudeste Asiático, além de novos usos do óleo de palma que começam a ser amplamente divulgados, como: utilização como óleo de fritura de novos alimentos industriais como petiscos e salgadinhos; fabricação de margarina, sorvete, biscoito, leite e chocolates artificiais; óleo de cozinha, maionese, imitação de queijo; uso também na indústria de cosméticos; sabões, velas, produtos farmacêuticos, lubrificantes, dentre outros. Tudo isso vai fazer com que a produção de óleo de palma mundial se multiplique em um espaço de poucos anos (BASIRON; BALU; CHANDRAMOHAN, 2004; BERGER; MARTIN, 2000; BRASIL GLOBAL NET, 2012).

Como se observa na **Figura 4**, a partir da década de 1950, mas, principalmente nos anos 1970, a produção de óleo de palma mundial dispara chegando a ultrapassar todos os outros óleos na década de 1980 e chegando a década de 1990 como uma das *commodities*

mais comercializadas do mundo, e por conseqüência diretamente responsável por uma destruição sem precedentes nas florestas do Sudeste Asiático, geradas pelo aumento da área plantada em consorcio com a atuação da indústria madeireira, principalmente nas florestas da Indonésia e Malásia, levando inclusive a por em risco espécies como o orangotango (NELLEMANN ET AL, 2007).

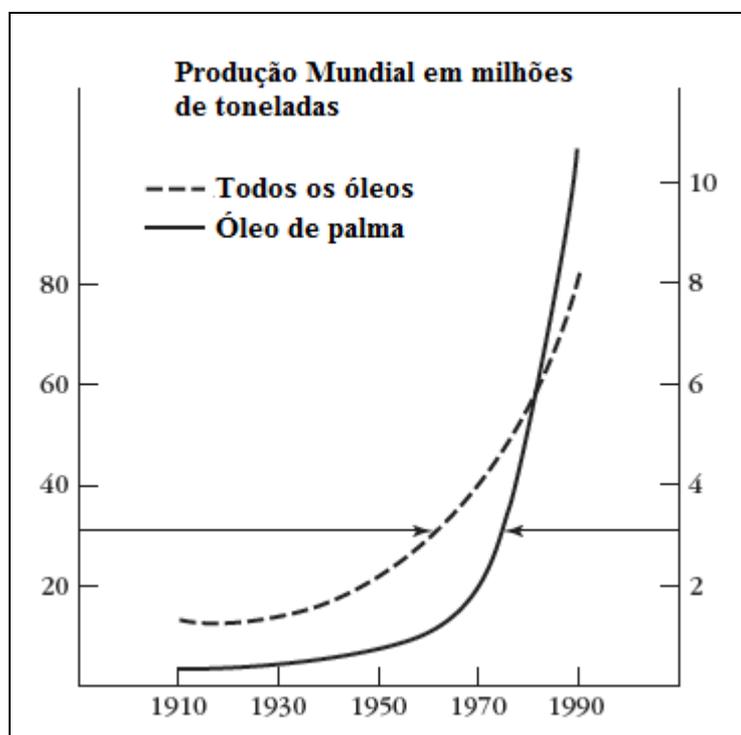


Figura 4: Produção Mundial de Óleo de Palma (1910-90)
Fonte: Adaptado de BERGER, MARTIN, 2000

Nos últimos anos, houve uma intensificação ainda maior da produção e comercialização do óleo de palma, devido a dois fatores. O primeiro fator foi a proibição em 2006 pela agência americana responsável pelo controle dos alimentos (*Food and Drug Administration*) das gorduras *trans*, que fazem parte de vários óleos vegetais quando são hidrogenados. Vários países seguiram a proibição americana e hoje boa parte da indústria mundial não usa mais óleos vegetais hidrogenados. O óleo de palma com os avanços científicos recentes não precisa de hidrogenização e é a saída encontrada pela indústria mundial de alimentos para a substituição do óleo vegetal hidrogenado. Outro fator foi a possibilidade de utilização do óleo de palma como biocombustível. Os biocombustíveis atualmente são patrocinados por governos por todo o mundo, por serem considerados combustíveis limpos. Até no Norte do Brasil (estado do Pará) se tem experiências de sucesso com o uso do óleo de palma como substituto do óleo diesel nos motores que geram energia em pequenas comunidades da Amazônia (BASIRON; BALU; CHANDRAMOHAN, 2004; COELHO ET AL, 2004).

Essa intensificação da produção e comércio do óleo de palma vai gerar um aumento ainda maior na área plantada dos tradicionais exportadores de óleo de palma, aumentando a fronteira produtiva e inserindo novos países, como os países da Oceania, Papua Nova Guiné (figura 5) e Ilhas Salomão.

País	1950-3	1962-5	1970-3	1982-5	1990
Nigéria	180	130	8	-	-
Zaire	140	130	100	8	-
Indonésia	120	120	220	380	1,110
Malásia	50	120	620	3,000	5,950
Costa do Marfim	s/i	1	40	60	140
Papua Nova Guiné	-	-	-	100	130
Tailândia	-	-	-	-	30
Total Mundo	520	540	1,000	3,700	8,440

Figura 5: Exportadores de Óleo de Palma (1950-1990)
Fonte: Adaptado de Hartley, Mickle *apud* Berger e Martin, 2000

Os referidos países da Oceania são as mais recentes vítimas do aumento da fronteira do óleo de palma do Sudeste Asiático, principalmente dos territórios da Malásia e da Indonésia.

4.2 Nova Fronteira na Oceania: Papua Nova Guiné e Ilhas Salomão

4.2.1 Papua Nova Guiné

Papua Nova Guiné, é o maior país da Oceania Subdesenvolvida em território, dispõe de 462.840 km² (SECRETARIAT OF THE PACIFIC COMMUNITY, 2011). Detém uma diversidade cultural e lingüística impressionante sendo comparada inclusive a África Subsaariana. De acordo com Tryon (2012), Papua Nova Guiné tem 760 línguas faladas atualmente.

Esse país tão rico culturalmente detém um dos piores indicadores do mundo em IDH. De acordo com dados atuais da ONU (HUMAN DEVELOPMENT STATISTICAL ANNEX, 2011), o IDH de Papua Nova Guiné é de 0,46, considerado pelas Nações Unidas como país de baixo desenvolvimento humano, ocupando a colocação mundial de número 153, ao lado da Tanzânia. O que mais pesa nesse indicador é o quesito anos de instrução, onde a média do referido país é de 4,3 anos, uma das mais baixas do mundo.

Apesar de ser tão pobre em qualidade de vida, Papua Nova Guiné têm inúmeras riquezas naturais, florestas, reservas de minérios como ouro e cobre, tendo uma das maiores minas em produção de cobre e ouro do mundo, a *Ok Tedi Mine*, além de deter um dos maiores índices da região em exportações de *comoditties* agrícolas, sendo a campeã na exportação de óleo de palma atualmente.

A exploração de produtos agrícolas para exportação em Papua Nova Guiné começou com os britânicos na segunda metade do século XIX. Já naquela época podia-se observar a produção de vários produtos, dentre eles o sisal (ver foto 1). Segundo Fleming(1996), a copra vai ser o produto de destaque no início da exploração agrícola para a exportação.

Antes da Segunda Guerra Mundial, já ganhava destaque também a produção para exportação de cacau, que com o tempo se solidifica, como uma produção voltada para os pequenos produtores rurais.

Na década de 1960, a *commodity* que ganha destaque é o café, com sua plantação se adaptando favoravelmente em terras altas de Papua Nova Guiné. Durante a referida década as exportações de café vão ganhar impulso até chegar a picos de produção na década de 1980, transformando-se no principal produto agrícola exportado em Papua (FLEMING, 1996).

4.2.1.1 Óleo de Palma

O óleo de palma começa a se inserir em Papua Nova Guiné a partir da década de 1920. Nessa época as plantações da palmácea eram de ordem experimental. Somente em fins da década de 1960 e início de 1970 que vão se executar grandes plantações voltadas para a exportação da referida *commodity*, com incentivo do Banco Mundial. O desenvolvimento da produção e exportação no referido país vai ocorrer por bases controladas pelo Estado. Cerca de 50% de propriedade do Estado e outros 50% por empresas em associação com pequenos produtores. As exportações de óleo de palma vão crescer rapidamente desde a década de 1970 até os dias atuais refletindo principalmente o aumento dos preços pagos pelo mercado internacional e o aumento da área plantada no referido país (FLEMING, 1996) (**figura 6**).

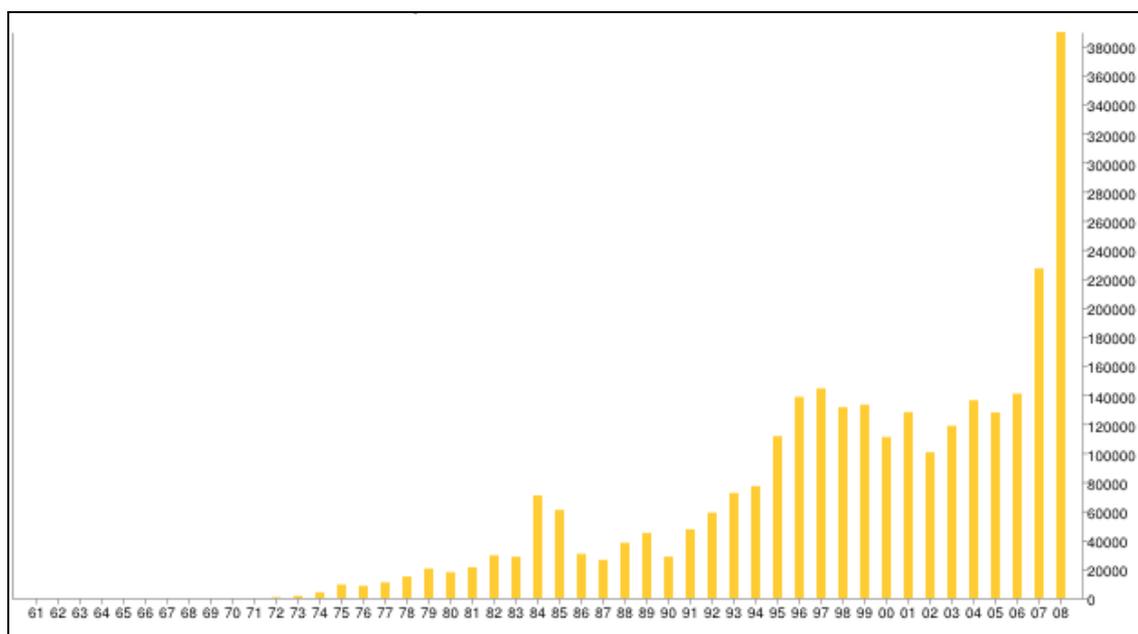


Figura 6: Valor em exportações de Óleo de Palma em Papua Nova Guiné (1961-2008)

Fonte: MONGABAY.COM/FAOSTAT

Hoje (últimos dados disponíveis são de 2008), as exportações de óleo de palma representam o primeiro lugar na pauta de exportações agrícolas de Papua Nova Guiné com mais de 389 milhões de dólares em 2008, em segundo lugar vem o café com 177 milhões, e terceiro o cacau com 158 milhões de dólares (FAOSTAT, 2012).

Tanta representatividade na pauta de exportações, reflete prioritariamente a vinda de grandes empresas multinacionais para explorar o óleo de palma em Papua Nova Guiné, como a multinacional dos Estados Unidos, a *Cargill*, uma das maiores do mundo em exportações de *commodities* agrícolas e que chegou a Papua Nova Guiné em 1975 para explorar a referida *commodity* em conjunto com o Estado, Banco Mundial, usando os pequenos produtores rurais em esquemas de 2 a 4 hectares de terras (GILBERT, 2009).

A multinacional *Cargill* com o tempo passa a atuar com mais de 24.000 hectares de terras em vários pontos de Papua Nova Guiné (**figura 7**), fazendo falsas promessas de infraestrutura (estradas, pontes, etc.) para convencer as populações das terras tradicionais a plantar óleo de palma. Por fim, muitos foram convencidos e muitos se endividaram com os insumos da produção, gerando dívidas inclusive para as gerações posteriores da família e forçando muitos a continuarem na produção para tentar pagar as dívidas (GILBERT, 2009).

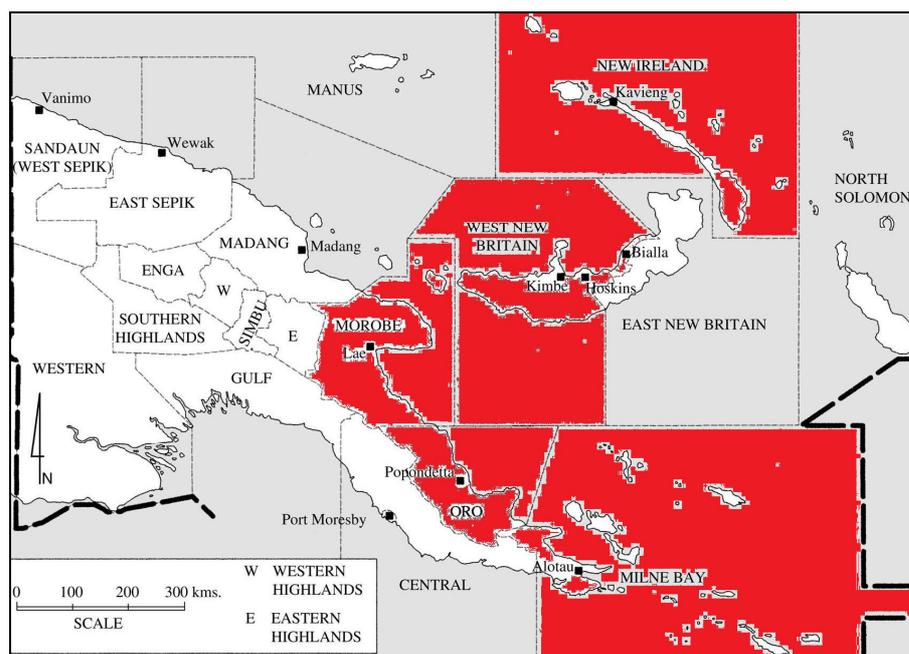


Figura 7: Área principal de extração de Óleo de Palma em Papua Nova Guiné
Fonte: Adaptado de CURRY; KOCKBERSKI (2009)

Papua Nova Guiné é um dos poucos lugares do mundo que tem uma distribuição equitativa das terras. Segundo Curry e Kockberski (2009), com a lei *Underlying Law Act* 2000, 97% das terras do referido país pertencem aos grupos tradicionais, que tem direitos de nascimento sobre as terras, são as chamadas “terras tradicionais” ou também são conhecidas como terras comunais. Nessas terras a atuação do Estado é limitada.

Com a chegada da produção voltada para a exportação, principalmente do óleo de palma, tem-se uma pressão sobre as terras tradicionais, principalmente de multinacionais e de imigrantes de outras regiões do país que precisam da terra para o cultivo de exportação (CURRY; KOCKBERSKI, 2009).

Com essa pressão, muitas dessas terras são “vendidas” informalmente, pois não podem ser vendidas de fato com documentação. Essas “vendas” se fazem por meio de trocas, onde é cedido o uso da terra em troca de presentes e reciprocidades, como carne de porco, grande quantidade de alimentos e ajuda nas festas locais públicas. Em caso de morte ou replantio, tem de haver uma renegociação para manter a posse da terra pelos forasteiros. Renegociação essa que passa por presentes, dinheiro e patrocínio em festas públicas com as novas gerações (CURRY; KOCKBERSKI, 2009).

Na segunda metade dos anos 2000, as pressões na região produtora de óleo de palma se elevam, dessa vez sobre a multinacional americana *Cargill*, com o conhecimento internacional da exploração efetuada pela referida empresa em Papua Nova Guiné, principalmente através das dívidas, prostituição, trabalho infantil, álcool e violência nas áreas produtoras da empresa (GILBERT, 2009). Com isso, em 2010 a empresa vende suas operações para a multinacional *Kulim* (da Malásia), através de sua subsidiária *New Britain Palm Oil Limited* que já atuava tanto em Papua como nas Ilhas Salomão.

A multinacional *Kulim* atua em diversos segmentos, desde plantação de óleo de palma até indústria de alimentos e restaurantes, como as redes de *fast-food* *KFC* Malásia e *Pizza Hut* Malásia, dentre outras, além de deter inúmeras empresas de navegação, se configurando como uma empresa extremamente verticalizada (KULIM, 2010). A referida empresa com a compra

das operações da *Cargill* solidifica suas posições na Oceania, tanto em Papua Nova Guiné, como nas Ilhas Salomão, onde tem vastas áreas com óleo de palma.

Em Papua Nova Guiné a referida empresa mais que dobrou a sua posse de terras. É um volume impressionante, se levar em conta que 97% das terras do país, são terras comunais. Observando a **figura 8**, em 2006 a referida empresa tinha 44.714 hectares de terras, sendo 33.669 ha vinculados diretamente a produção de óleo de palma e 11.045 ha de reserva. Em 2008 a empresa compra mais terras e começa a aumentar sua reserva de terras que passa para 18.534 ha, além de diversificar a produção com cana de açúcar, 8.193 ha e aumentar a área de óleo de palma para 41.022, totalizando 79.178 ha, um aumento de quase 100% em relação a 2006. Já em 2010 com a compra das operações das operações da *Cargill*, esse número dispara e a empresa totaliza 120.305 ha de terras, um aumento de cerca de 50% em relação a 2008. A maioria das terras vão se concentrar na produção de óleo de palma (71.497 ha) ou como terras reservas (30.800 ha) (KULIM, 2010).

	2010	2009	2008	2007	2006
Área declarada (hectares)					
Óleo de Palma					
– Maduro	65,306	35,154	30,196	29,604	27,208
– Imaturo	6,191	7,392	10,826	4,553	6,461
	71,497	42,546	41,022	34,157	33,669
Açúcar	8,231	8,200	8,193	–	–
Outros	259	259	415	–	–
Área Plantada	79,987	51,005	49,630	34,157	33,669
Pecuária	9,518	9,729	11,014	–	–
Terra reserva, construções etc.	30,800	18,444	18,534	10,557	11,045
Área Total	120,305	79,178	79,178	44,714	44,714

Figura 8: Terras da multinacional Kulim em Papua Nova Guiné (2010)

Fonte: Adaptado de Kulim (2010).

Observando o aumento de área plantada e das exportações de óleo de palma, pode-se afirmar que os problemas com a posse de terras em Papua só tendem a aumentar, principalmente na fronteira agrícola da referida *commodity*. Junto com isso, não se pode esquecer dos outros problemas vinculados a extração do óleo de palma, como a destruição das florestas tropicais e por consequência de espécies únicas da flora e fauna, exploração do trabalho infantil, aumento da prostituição, aumento do endividamento das populações nativas, dentre outros.

4.2.2 Ilhas Salomão

As Ilhas Salomão são o segundo maior país da Oceania Subdesenvolvida em território, dispendo de 30.407 km², atrás apenas de Papua Nova Guiné (SECRETARIAT OF THE PACIFIC COMMUNITY, 2011). Detém uma diversidade cultural e lingüística de grande monta para um território proporcionalmente tão pequeno. De acordo com Tryon (2012), as Ilhas Salomão têm 63 línguas faladas atualmente.

Esse país tão rico culturalmente detém um dos piores indicadores do mundo em IDH. De acordo com dados atuais da ONU (HUMAN DEVELOPMENT STATISTICAL ANNEX 2011), o IDH das Ilhas Salomão é de 0,51, considerado pelas Nações Unidas como país de baixo desenvolvimento humano, ocupando a colocação mundial de número 142, ao lado do Quênia. O que mais pesa nesse indicador, assim como foi em Papua, é o quesito anos de instrução, onde a média do referido país é de 4,5 anos, uma das mais baixas do mundo.

A exploração de produtos agrícolas para exportação nas Ilhas Salomão começou com os britânicos na segunda metade do século XIX. Já naquela época podia-se observar a produção de vários produtos, dentre eles se destacou a copra feita por iniciativa de particulares e posteriormente pela empresa multinacional *Pacific Plantations* de propriedade dos Irmãos Lever (conhecida atualmente como Unilever, atualmente uma das maiores multinacionais do mundo no ramo de alimentos, cosméticos e limpeza doméstica) que já começa a adquirir terras dos ilhéus em 1905 (FIELDHOUSE, 1978; LAL; FORTUNE, 2000; NAITORO, 2000).

Apropriando-se de terras comunais, o Império Colonial Britânico resolve alienar (através de arrendamento de terras) para a empresa privada *Pacific Plantations* (que tinha fortes conexões com o referido Império), uma vasta área em torno de 81.000 hectares de terras nas Ilhas Salomão no ano de 1906 para dar suporte às fabricas de sabão dos Irmãos Lever na Austrália. Essas terras eram as mais férteis do país e a posse da mesma gerou vários conflitos com os nativos que tinham o direito “adquirido” pelo Império Colonial Britânico de se manter nas suas terras tradicionais familiares (NAITORO, 2000).

A exportação de copra através da multinacional *Pacific Plantations* já se inicia em 1911 com 514 toneladas e se consolida nos anos 1920 variando de 5 a 7 mil toneladas em uma área produzida média de 8.000 hectares (FIELDHOUSE, 1978).

Até a década de 1970, a copra teve uma grande importância na balança comercial das Ilhas Salomão. Nessa década é incentivada a produção para exportação de cacau e de óleo de palma (FLEMING, 1996).

4.2.2.1 Óleo de Palma

O Óleo de Palma começa a se inserir nas Ilhas Salomão a partir da década de 1960, entre 1965 a 1970. Nessa época as plantações da palmácea eram de ordem experimental. Somente em 1971 que vão ser executadas grandes plantações voltadas para a exportação da referida *commodity*, com incentivo do Banco Mundial. O desenvolvimento da produção e exportação no referido país vai se iniciar com uma *joint venture* entre o Estado (26%) e a *Commonwealth Development Corporations* (70%). As exportações de óleo de palma vão crescer rapidamente desde o ano de 1976, quando começa a exportação, até os dias atuais (com alguns problemas em alguns anos relacionados à ocorrência de ciclones na região produtora), refletindo principalmente o aumento dos preços pagos pelo mercado internacional e o aumento da área plantada no referido país (FLEMING, 1996) (**figura 9**).

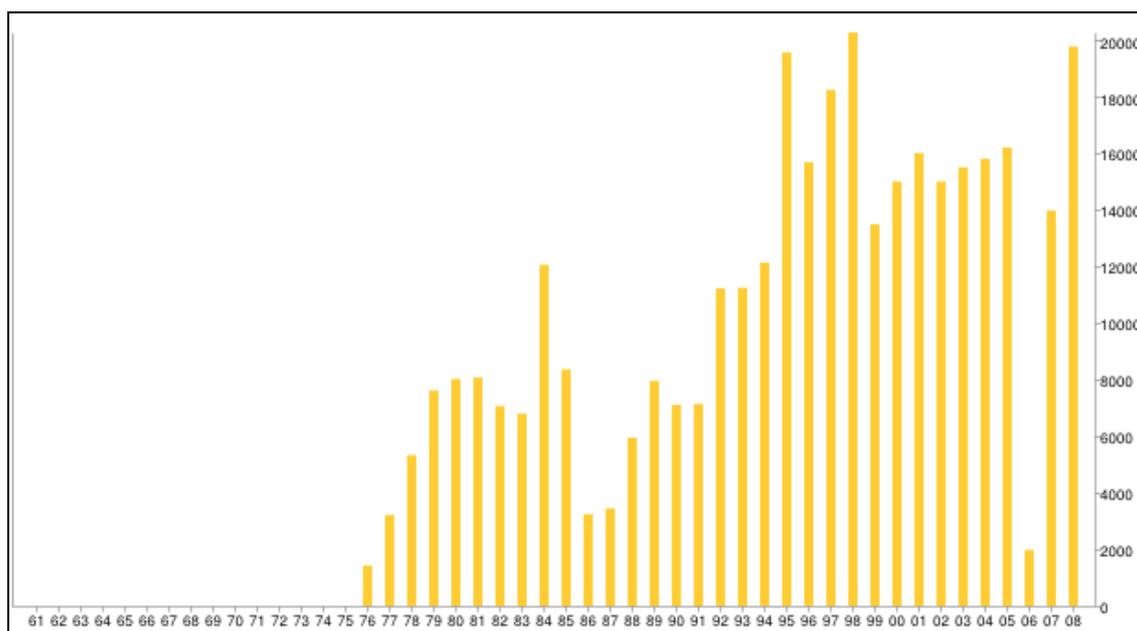


Figura 9: Valor em exportações de Óleo de Palma nas Ilhas Salomão (1961-2008)

Fonte: MONGABAY.COM/FAOSTAT

Hoje, as exportações de óleo de palma têm grande representatividade na balança comercial das Ilhas Salomão. De acordo com dados da FAOSTAT (2012), em 2008 o óleo de palma destacava-se como o produto agrícola mais exportado, com 19 milhões de dólares, em segundo lugar se tinha a copra com 11 milhões e em terceiro o cacau com 8 milhões.

Assim como em Papua Nova Guiné, o avanço do cultivo do óleo de palma vai trazer alguns problemas para o regime de posse de terras das Ilhas Salomão. Problemas esses que já ocorriam desde o início do século XX quando o Império Colonial Britânico arrendou vastas áreas que pertenciam aos nativos (terras comunais) a grandes multinacionais sem dar nada em troca.

As Ilhas Salomão nos últimos anos têm passado por uma grande instabilidade política e institucional, depois que revoltas étnicas e escândalos de corrupção generalizada desestabilizaram a governabilidade da nação. Essa instabilidade levou até a uma intervenção internacional através de uma comissão estrangeira comandada pela Austrália, chamada de *Regional Assistance Mission to the Solomon Islands* (Missão de Assistência Regional para as Ilhas Salomão) (VLTCHEK, 2010).

Essa instabilidade também tem reflexos na posse da terra, que nas Ilhas Salomão, assim como em Papua Nova Guiné, pertence (ou deveria pertencer) as populações nativas através das “terras tradicionais” ou comunais que passam de pai para filho.

Devido a inúmeros casos de arrendamento feito pelo Estado a grandes grupos privados (muitos deles multinacionais), a partir do uso de terras tradicionais, surgiram inúmeros conflitos de terras nas Ilhas Salomão. Tagini (2001) cita alguns conflitos de terras, como: o conflito violento envolvendo a multinacional *Levers Pacific Timber* (subsidiária da Unilever) e proprietários tradicionais de terras em Enoghae na província de Nova Geórgia do Norte em 1981; e o conflito entre o projeto de extração de madeira governamental de Pavuvu na Província Central em 1995.

Tagini (2001), também observa que um dos principais motivos dos conflitos de terras nas Ilhas Salomão é a situação da falta de demarcação e registro das terras. Somente 13% das terras são registradas, sobrando 87% de terras comunais que não tem registro nem pesquisa. As referidas terras têm suas fronteiras demarcadas pela tradição oral baseadas em acidentes

naturais como rios, montanhas, rochas, árvores, dentre outros. Com o avanço rápido da fronteira do óleo de palma, mais conflitos são vislumbrados na região.

Assim como em Papua Nova Guiné, grandes multinacionais chegaram nos últimos anos nas Ilhas Salomão para explorar o óleo de palma. Abaixo, observa-se na **figura 10**, a atuação da multinacional *Kulim* nas Ilhas Salomão. Essa empresa é a mesma que atua em Papua Nova Guiné e está em constante expansão da sua área de produção também nas Ilhas Salomão.

	2010	2009	2008	2007	2006
Área declarada (hectares)					
Óleo de Palma					
– Maduro	5,882	5,113	4,613	3,928	3,953
– Imaturo	432	1,248	1,748	2,153	1,227
Área Plantada	6,314	6,361	6,361	6,081	5,180
Terra reserva, construções, etc	1,263	1,216	1,216	799	1,414
Área Total	7,577	7,577	7,577	6,880	6,594

Figura 10: Terras da multinacional Kulim nas Ilhas Salomão (2010)

Fonte: Adaptado de Kulim (2010)

Por fim, observa-se que com a chegada e expansão da fronteira de óleo de palma nas Ilhas Salomão, tende a se agravar os problemas fundiários, além dos problemas ambientais trazidos pela extração da madeira, que nessa ilha está diretamente associada ao óleo de palma. Já que se prega o reflorestamento das áreas desmatadas pela atividade madeireira com a monocultura de óleo de palma (VLTCHEK, 2010).

5 Considerações Finais

Nota-se que, com a expansão da fronteira do óleo de palma para os países da Oceania, Papua Nova Guiné e Ilhas Salomão, têm-se a emergência e o agravamento de vários problemas. Dentre eles se destaca a questão da propriedade da terra. Historicamente a posse da terra nos referidos países é comunal, passando de pai para filho. Com a chegada da monocultura para exportação, passa a existir uma pressão para o uso da terra em favorecimento da monocultura. Essa pressão muitas vezes faz com que essas terras sejam privatizadas, ocorrendo muitas vezes conflitos de terras, ocasionando dentre outras coisas a desagregação da cultura e da língua dos povos nativos.

6 Referências

BARCZA, M. V. **Hidrogenação**: Óleos e gorduras. São Paulo, [200-?]. Disponível em:

<<http://www.dequi.eel.usp.br/~barcza/HidrogenacaoDeOleosEGorduras.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2010.

BASIRON, Y.; BALU, N; CHANDRAMOHAN, D. Palm Oil: The Driving Force of World Oils and Fats Economy. **Oil Palm Industry Economic Journal**. Vol.4. n.1, 2004. Disponível em: <<http://palmoilis.mpob.gov.my/publications/opiejv4n1-yusof.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

BAUMAN, Z. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BERGER, K. G; MARTIN, S. M. Palm Oil. In: KIPLE, Kenneth K; ORNELAS, Kriemhild Coneè (Orgs). **The Cambridge World History of Food volume 1**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p.388-396.

BRASILGLOBALNET. 2012. **O Mercado Brasileiro para Óleo de Palma (Azeite de Dendê) Equatoriano**. Disponível em: <<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/PSCI/PSCIEcuadorOleoP.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2012.

COELHO, S.T. ET AL. A utilização do óleo de palma “in natura” como combustível em grupos geradores a diesel. I Congresso Internacional de Bioenergia. 2004, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande, 2004. Disponível em: <http://cenbio.iee.usp.br/download/projetos/provegam_bioe.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2012.

CURRY, G. N; KOCZBERSKI, G. Finding common ground: relational concepts of land tenure and economy in the oil palm frontier of Papua New Guinea. **The Geographical Journal**. Vol.175, n.2,p.98-111,2009.

FAOSTAT. 2012. Disponível em: <<http://faostat.fao.org/default.aspx>>. Acesso em: 3 mar. 2012.

FLEMING, E., M. **Research Options for High-Value Agricultural Exports in**

South Pacific Island Nations. Isnar Research Report n.10. Holanda, 1996. Disponível em: <http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNACA015.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2012.

FIELD, M. J. **Chronology of Bougainville Civil War**. AFP. Disponível em: <<http://www.hartford-hwp.com/archives/24/157.html>>. Acesso em: 19 mar. 2012.

FIELDHOUSE, D. K. **Unilever Overseas: The Anatomy of a Multinational 1895-1965**. Stanford, California: Hoover Institution Press, 1978. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=tigOAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

GILBERT, D. **Commodity Colonialism: a case study of Cargill's Palm Oil Operations in Papua New Guinea**. São Francisco: Rainforest Action Network, 2009. Disponível em: <http://ran.org/sites/default/files/case_study_png.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2012.

GLOBALIZAÇÃO. In: **NOVO Dicionário Aurélio**. 2003. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/biblioteca>>. Acesso em: 26 set. 2003.

GUIMARÃES, A. P. **A crise Agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HUMAN DEVELOPMENT STATISTICAL ANNEX. 2011. Human Development Reports. UNDP. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_EN_Tables.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.

KULIM. TOMORROW STARTS HERE, ANNUAL REPORT 2010. Disponível em: <[http://announcements.bursamalaysia.com/EDMS/subweb.nsf/7f04516f8098680348256c6f0017a6bf/da5e8576f94270aa482578a20010b645/\\$FILE/KULIM-Cover%20to%20Page%20176%20\(2.5MB\).pdf](http://announcements.bursamalaysia.com/EDMS/subweb.nsf/7f04516f8098680348256c6f0017a6bf/da5e8576f94270aa482578a20010b645/$FILE/KULIM-Cover%20to%20Page%20176%20(2.5MB).pdf)>. Acesso em: 27 mar. 2012.

LAL, B.; FORTUNE, K. (Orgs). **The Pacific Islands**: Na Encyclopedia. China: University of Hawaii Press, 2000. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=T5pPpJl8E5wC&printsec=frontcover&dq=The+Pacific+Islands:+An+Encyclopedia&hl=pt-BR&sa=X&ei=iHK9T5WaL8T06AHl34Ah&ved=0CDgQ6AEwAA#v=onepage&q=The%20Pacific%20Islands%3A%20An%20Encyclopedia&f=false>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

MADELEY, J. **O comércio da fome**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MINTZ, S. W. **O poder amargo do açúcar**: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003.

MURRAY, J.H.P. **Papua or British New Guinea**. Londres: T. Fisher, 1912.

MURRAY, W. E. The second wave of globalization and agrarian change in the Pacific Islands. **Journal of Rural Studies**. n.17 (2001) p.135-148.

MURRAY, W. E. **Geographies of Globalization**. New York: Routledge, 2006.

MURRAY, W. E.; OVERTON, John. The inverse sovereignty effect: Aid, scale and neostructuralism in Oceania. **Asia Pacific Viewpoint**, Vol.52, n.3,p.272-284, 2011.

NAITORO, J. H. Solomon Islands Conflict: demands for historical rectification and restorative justice. **Pacific Economic Bulletin** (Ásia Pacific School of Economics and Management, Update Papers, Solomon Islands). Junho, 2000. Disponível em: <http://www.vanuatu.usp.ac.fj/sol_adobe_documents/usp%20only/pacific%20law/Naitoro2.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2012.

NELLEMANN, C. [et al]. **The Last Stand of The Orangutan - State of emergency**: Illegal Logging, Fire and Palm Oil in Indonesia's National Parks. United Nations Environment Programme, GRID-Arendal, Noruega, 2007. Disponível em: <<http://www.unep.org/grasp/docs/2007Jan-LastStand-of-Orangutan-report.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

SECRETARIAT OF THE PACIFIC COMMUNITY,2011. Disponível em:

<http://www.spc.int/sdp/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=28&dir=ASC&order=name&limit=5&limitstart=10&lang=en>. Acesso em: 10 mar. 2011.

SIMEH, A.; AHMAD, T. M. A. T. **The Case Study on the Malaysian Palm Oil**. Regional Workshop on Commodity Export Diversification and Poverty Reduction in South and South-East Asia. UNCTAD/ESCAP. 2001. Disponível em:

<<http://r0.unctad.org/infocomm/Diversification/bangkok/palmoil.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

SNELL, D. Globalisation and workplace reforms in two regional agri-food industries: Australian meat processing and Fiji's sugar mills. **The Journal of Pacific Studies**. Vol. 24, n.1,p.51-76, 2000.

TAGINI, P. The Effect of Land policy on Foreign Direct Investments in the Solomon Islands. **Journal of South Pacific Law**. Vol. 5, n. 1, 2001. Disponível em:
<<http://www.paclii.org/journals/fjspl/vol05/5.shtml>>. Acesso em: 21 mar. 2012.

THE FIJI SUGAR CORPORATION LTD, 2012. Disponível em:
<http://www.fsc.com.fj/history_of_sugar_in_fiji.htm>. Acesso em: 12 mar. 2012.

TISDELL, C. Globalisation, Development and Poverty in the Pacific Islands: The Situation of The Least Developed Pacific Island Nations. **Social Economics, Policy and Development** (Working Paper n.18). The University of Queensland, 2001.

TRYON, D. Linguistic Encounter and Responses in the South Pacific. In: **Oceanic Encounters Exchange, Desire, Violence**. Disponível em:
<http://epress.anu.edu.au/oceanic_encounters/mobile_devices/index.html>. Acesso em: 14 mar. 2012.

UNITED NATIONS STATISTIC DIVISION, 2012. Disponível em:
<<http://millenniumindicators.un.org/unsd/methods/m49/m49regin.htm#oceania>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

VEIGA, J. E. da. **Do global ao local**. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

VLTCHEK, A. **Oceania**. Groningen, Holanda: V.O.F. Expathos, 2010.